

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL E PLANEJAMENTO DAS IES: COMO SE DÁ A ARTICULAÇÃO ENTRE O RELATO INSTITUCIONAL E O PDI?

Rayanne Iris de Souza Paolicchi da Costa/UnB/rayanne.iris@gmail.com

INTRODUÇÃO

Na perspectiva formativa, a avaliação institucional tem o potencial de democratizar a educação (Belloni, 1999), promover a emancipação das instituições (Dias Sobrinho, 2003) e contribuir para a transformação e melhoria da qualidade (Sousa, 2018).

A partir dessa perspectiva e com o objetivo de integrar a avaliação institucional à gestão e ao planejamento das instituições de educação superior (IES), o Relato Institucional (RI), cuja estrutura é definida pela Nota Técnica (NT) INEP/DAES/CONAES nº 62, de 09 de outubro de 2014, propõe a avaliação do alcance dos objetivos, metas e ações previstas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), no sentido de induzir uma autorreflexão acerca de como as avaliações influenciam ou modificam os processos de gestão e de planejamento das IES (Brasil, 2014). Desse modo, a reflexão proposta neste trabalho fundamenta-se na seguinte questão: em que medida os Relatos Institucionais das IES se reportam ao seu PDI?

Este estudo consiste em uma investigação qualitativa, de caráter documental, com o objetivo identificar, analisar e categorizar as dimensões do PDI referenciadas nos RIs de cinco universidades públicas federais (uma de cada região do Brasil) produzidos no período de 2013 a 2023. Trata-se de um recorte da pesquisa “Autoavaliação Institucional do Sinaes (2013-2021): do uso dos resultados aos efeitos na gestão das IES” financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) – Chamada CNPq/MCTI nº 10/2023 – Universal, processo nº 408972/2023-8.

Integram o *corpus* de análise: Universidade de Brasília – UnB (Centro-Oeste), Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG (Sudeste), Universidade Federal de Pernambuco – UFPE (Nordeste), Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA (Norte) e Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR (Sul).

DESENVOLVIMENTO

O Quadro 1 consolida as dimensões do PDI referenciadas nos Relatos Institucionais analisados.

Quadro 1 – Síntese das dimensões do PDI referenciadas nos Relatos Institucionais

Instituição	RI (Ano)	Dimensões do PDI referenciadas no RI
UnB	2018 e 2023	Consonância entre autoavaliação e PDI; compatibilização do PDI, do Relatório de Avaliação Institucional (RAI) e do plano de autoavaliação; Relatório de Monitoramento do PDI; conexão entre autoavaliação e gestão pautada pelo PDI.
UFMG	2017	Relato avaliativo do PDI; PDI como fonte de coleta de dados; comparação entre previsto x realizado; novo PDI e plano de melhorias decorrente dos processos avaliativos; sugestões do que precisa ser revisto no próximo PDI; alinhamento entre planos de gestão e o PDI.
UFPE	2017-2021	Participação da Comissão Própria de Avaliação (CPA) na construção e atualização do PDI; processos e planos de gestão baseados no PDI; ações, metas e indicadores estabelecidas no PDI.
UFRA	2013 a 2022	PDI como fonte de diagnósticos orientadores; PDI como instrumento para alinhamento e parâmetro de evolução e desempenho institucional; CPA no acompanhamento da implementação do PDI; necessidade de alinhamento da gestão com o Planejamento Estratégico Institucional (PLAIN), sugestões da CPA e dos avaliadores externos e recomendações da ouvidoria; envolvimento da comunidade na elaboração e implementação do PLAIN; divulgação e apropriação do PDI.
UTFPR	2014 a 2023	PDI contém missão, visão, valores, dimensões, objetivos e componentes para definição de políticas, planos e ações; detalhamento da execução do PDI no RAI e nos relatórios

		de gestão; ações realizadas x objetivos previstos no PDI; participação da comunidade universitária na construção do PDI.
--	--	--

Fonte: elaborado pela autora.

As dimensões identificadas foram agrupadas em três categorias (C): C1 – Desempenho institucional: relação entre PDI, gestão e utilização dos resultados da avaliação institucional; C2 – PDI e autoavaliação: realizado *versus* previsto; e C3 – Atuação da CPA e participação da comunidade universitária na construção do PDI.

No tocante à categoria C1, verificou-se que há um esforço das IES pesquisadas, no sentido de articular a avaliação institucional aos processos de gestão, como no caso da UnB: “No âmbito da Administração Superior, a UnB vem reforçando o valor da avaliação como ferramenta de gestão [...]” (UnB, 2023, p. 7). Essa articulação compreende o PDI e a avaliação institucional como instrumentos norteadores para melhoria da gestão e do desempenho institucional (UFRA, 2014; UnB, 2018; UFPE, 2022).

Referente à categoria C2, identificou-se o acompanhamento periódico das ações previstas no PDI, como no caso de outra IES: “A realização das metas foram (sic) acompanhadas ano a ano nos relatórios de gestão e autoavaliação [...].” (UTFPR, 2017, p. 9). A UFMG propõe, a partir do relato avaliativo do PDI 2013-2017, elementos que devem ser revistos no próximo PDI (UFMG, 2017). A UnB cita em seu RI a existência de relatórios de monitoramento anuais dos resultados alcançados no âmbito do PDI (UnB, 2023).

Quanto à atuação da CPA e participação da comunidade universitária na construção do PDI (C3), no RI da UTFPR foi possível identificar a participação da comunidade universitária na elaboração do PDI por meio de audiências públicas (UTFPR, 2023). Na UFPE, essa relação é apontada como existente (UFPE, 2022), contudo o RI não aborda os meios de participação. Na UFMG, o relato avaliativo do PDI elaborado pela CPA é um dos documentos de referência para elaboração do novo PDI da IES (UFMG, 2017). Nas demais IES, não foi possível identificar essa relação no RI.

A partir dos documentos analisados, verificou-se que os resultados das avaliações são utilizados pelas IES para subsidiar o aperfeiçoamento de processos de gestão e de

planos e programas setoriais e para a definição de prioridades, por meio de ações de melhoria propostas pela CPA.

Quanto à construção e/ou revisão do PDI, a utilização dos resultados das avaliações é recomendada, de forma detalhada, no RI da UFMG, a partir do item “O que precisa ser revisto para o próximo PDI?” (UFMG, 2017, p.14-25). Nos RIs das demais IES, essa relação é apontada como existente, a partir de uma concepção ampla de planejamento, contudo, em geral, não foi possível identificar como os PDIs dessas IES recepcionam os resultados das avaliações e em que medida se dá a participação da CPA na construção ou revisão desse plano.

CONCLUSÕES

Com efeito, a articulação entre o RI e o PDI compreende dimensões que expressam a relação entre a avaliação institucional, o PDI e os processos de gestão das IES analisadas. Observou-se que o PDI é um documento norteador dos processos de avaliação, contudo o caminho contrário é pouco evidenciado nos RIs das IES em questão.

Com exceção da UFMG, os relatos institucionais da UnB, UFPE, UFRA e UTFPR possuem ênfase na descrição dos resultados alcançados nas avaliações, principalmente externas, de forma que não apresentam em profundidade a avaliação do alcance dos objetivos propostos no PDI, a partir de uma reflexão crítica sobre como o processo de avaliação realimenta o processo de planejamento da IES, especificamente no tocante ao PDI.

A conexão entre avaliação institucional e PDI carece de evidências que descrevam as reais mediações dessa relação nos RIs das IES analisadas, contemplando a contribuição dos processos de avaliação para a construção/revisão do PDI, o qual irá nortear os processos de gestão e de avaliação em um ciclo contínuo. Em suma, trata-se de evidenciar, no RI, como os resultados das avaliações internas e externas influenciam e são recepcionados no processo de construção, atualização ou reformulação do PDI.

REFERÊNCIAS

BELLONI, I. Avaliação institucional: um instrumento de democratização da educação. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 5, n. 9, p. 31–58, 1999.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior. Diretoria de Avaliação da Educação Superior. **Nota Técnica INEP/DAES/CONAES No 062**. Definição da Estrutura do Relato Institucional. Brasília: Inep, [2014]. Disponível em: <https://abrir.link/WhSuO>. Acesso em: 19 jan. 2025.

DIAS SOBRINHO, J. Avaliação da educação superior: regulação e emancipação. **Avaliação**, Campinas, v. 8, n. 2, 2003. Disponível em: <https://abrir.link/bYXHe>. Acesso em: 19 jan. 2025.

SOUZA, J. V. Autoavaliação institucional na política do Sinaes: concepção, desafios, possibilidades e avanços. **Revista Examen**, Brasília, v. 2, n. 2, p. 77-99. jan./jun. 2018. Disponível em: <https://abrir.link/bMjaQ>. Acesso em: 19 jan. 2025.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UnB). **Relato Institucional**: subsidia o ato de credenciamento e recredenciamento institucional e a transformação de organização acadêmica (presencial). Brasília, 2018. Disponível em: <https://abrir.link/ZTorR>. Acesso em: 16 jan. 2025.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UnB). **Relato Institucional**. Brasília, 2023. Disponível em: <https://abrir.link/fCyCv>. Acesso em: jan. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG). **Relato Institucional**. Comissão Própria de Avaliação da UFMG. Minas Gerais, 2017. Disponível em: <https://encurtador.com.br/UKVax>. Acesso em: 17 jan. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE). **Relato Institucional da UFPE 2017-2021**. Comissão Própria de Avaliação. Recife: 2022. Disponível em: <https://encurtador.com.br/whOq4>. Acesso em: 17 jan. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA (UFRA). Relato Institucional [2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022]. Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional. Belém, 2014 a 2022. Disponível em: <https://abrir.link/tLhmz>. Acesso em: 17 jan. 2025.

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ (UTFPR). Relato Institucional [2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023]. Curitiba, 2014 a 2023. Disponível em: <https://abrir.link/wjMXm>. Acesso em: 16 jan. 2025.